



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

MOÇAMBIQUE E AS INDEPENDÊNCIAS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1975-2025):

os tempos e as utopias

Termos de Referência

1. Fundamentação

A fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), a 25 de Maio de 1963 na cidade de Addis Ababa, capital da Etiópia, é o acontecimento-mor da longa história de formação política africana; o marco constituinte, no qual os Chefes de Estado e de Governo Africanos, em sua primeira cimeira orgânica, firmaram, em Carta, o acordo da unidade africana como fundamento, determinante e condição das independências para todos Estados Africanos.

O espírito da *Carta da OUA* de 1963 consubstancia a consciência pan-africana e internacionalista contra o colonialismo, enquanto um sistema antagónico à autodeterminação dos povos e, vis-à-vis, – a “liberdade, equidade, justiça e dignidade” como essenciais ao “alcance das aspirações legítimas” das nações africanas (OAU, Charter, 1963)¹. As independências nacionais africanas, como as de todos os povos outrora colonizados, foram conquistas políticas de uma luta e formação intelectual que souberam, ao contento de suas aspirações nacionalistas, explorar as circunstâncias históricas internacionais da época, as tensões ideológicas e geopolíticas do fim da II Guerra Mundial.

¹ OAU Charter. Cf. https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf

Para os territórios colonizados, uma nova ordem mundial foi anunciada pelo teor do Art.º 73, da Carta da ONU (1945)², ao estabelecer um tempo para a preparação conjunta de instituições transitórias para a descolonização. Este tempo chega ao fim com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU, de 14 Dezembro de 1960, que declara o direito consagrado de “todos os povos à auto-determinação” e, sob o estatuto político à sua escolha, se orientarem no seu desenvolvimento económico, social e cultural; não sendo, desde então, concedido mais nenhum pretexto dilatatório ao processo das independências.³

Ao contrário de todos os territórios colonizados de África que conquistaram até ao fim da década de 1960 suas independências e constituíram-se em Estados nacionais, e à semelhança dos territórios da África do Sul, Zimbabwe, Namíbia e Comores, todos os territórios colonizados por Portugal no continente, nomeadamente Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, só viriam a conquistar suas independências em 1975 e, mesmo assim, por via de guerrilhas nacionalistas.

Desde este período áureo de efervescência independentista, estes anos passados constituem o tempo histórico em si mesmo, o tempo político de chegada, simultaneamente o tempo de direito inalienável e de imaginação de uma “comunidade política” (Anderson, 2011),⁴ o Estado Nacional. A racionalidade produzida nesse tempo subjectivou as nações em força viva, agindo como personalidades autónomas que reiteram a *Carta Africana* de Maio de 1963, no mesmo instante que interrogam sua condição subjectiva, de história viva.

A ubiquidade de violência militar e política, a pobreza económica das populações, as ameaças postas por forças terroristas fundamentalistas e extrativistas à integridade e soberania das nações consagradas pela Carta Africana de 1963, e ainda as ameaças à sustentabilidade ambiental postas

² Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice. Cf. <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>

³ UN. Resolution 1514 (XV). Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples. Cf. A_RES_1514(XV)-EN.pdf

⁴ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman, São Paulo: 2ª reimpressão, Companhia das Letras, 2011.

por eventos naturais extremos produzidos por mudanças climáticas globais nos levam à memória Joseph Ki-Zerbo, o historiador burkinabe (1922-2006); designadamente, à sua tese africanista, segundo a qual “a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência”;⁵ mas, desta vez, à tomada de consciência histórica sobre o tempo vivo das independências nacionais.

Assim, especialmente, a celebração dos 50 Anos das Independências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), cuja história independentista foi uma experiência única em África e no Mundo, e, por isso mesmo, se construiu uma história de irmandade revolucionária; a história forjada nas lutas de libertação nacional, mas que tem origem intelectual, ideológica e uma orgânica nuclear comum - a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em Janeiro de 1962, em Casablanca, Marrocos. Mas, acima de tudo, uma irmandade intelectual tecida na colonização e na negação reacionária de Portugal à concessão pacífica de independência dos territórios colonizados, arvorando-se como pária da razão descolonial internacional, - essa celebração é uma convocação ao reencontro com esse tempo vivo de suas histórias.

Entretanto, nesse meio século, a colonização, pela representação instrumental de modernidade que agenciou, articulando narrativa e exploração imperiais, mostra-se pós-colonial, no que a descolonização parece transformar-se em antagonismo de um processo revolucionário imaginado.

A comemoração dos 50 Anos das Independências dos PALOP é, nessa dimensão histórica, uma convocação à memória da conquista das independências nacionais e da proclamação política maior das respectivas nações e ao presente dos seus Estados e Povos.

A despeito de suas separações geográficas e sua experiência revolucionária militar, a descolonização em África mostrou-se como um paradigma pós-imperial; no sentido de que o nacionalismo moçambicano,

⁵ KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. - 2.ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010 p. XXXII. Cf. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249/PDF/190249por.pdf.multi>

angolano, cabo-verdiano, guineense e são-tomense, como todos os que, no geral, chamamos de nacionalismos africanos, se desenvolveu sob uma profunda tensão subjectiva na consciência dos seus intelectuais radicais ou revolucionários. Tensão que era derivada de um corpo modular, dentro do qual se idealizaram os nacionalismos e se projectavam a libertação e os Estados nacionais africanos. Esse corpo modular colonial, a contrapelo da revolução descolonial, os vinculava, em essência, ao território e à ideia de modernidade fundante, em particular, ao império português; o vínculo diluía a originalidade da ideia revolucionária dos nacionalismos africanos, asiáticos e latinos, por exemplo, pelo facto do corpo reiterar a essência estética do que Dipesh Chakrabarty chamou de “hiperreal Europa” (Chakrabarty, 1992)⁶.

A organização desta Conferência Internacional pela Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo, sob o título *MOÇAMBIQUE E AS INDEPENDÊNCIAS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1975-2025): os tempos e as utopias*, responde a esta chamada da história à reflexão sobre a experiência comum de descolonização portuguesa em África, centrando os movimentos nacionalistas, a independência e a formação dos Estados nacionais nos territórios colonizados por Portugal como processos históricos interdependentes. Nessa história comum, cabe situar e documentar a contribuição específica da luta de libertação de Moçambique para as independências dos territórios colonizados por Portugal em África.

A experiência ideológica comum dos organismos nacionalistas fundadores dos PALOP, nomeadamente a FRELIMO, MPLA, PAIGC e MLSTP, desde o período de formação intelectual em Lisboa, em especial na Casa dos Estudantes do Império, e em outras capitais imperiais, passando pela articulação conjunta de suas guerrilhas nos respectivos territórios, até ao processo decisivo das independências dos seus territórios, fundou e edificou uma identidade política, o *ethos*, que sintetiza hoje a história intelectual dos PALOP.

⁶ CHAKRABARTY, Dipesh. **Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for “Indian” Past?** Representations 37, University of California Press, 1992.

Nessa ampla perspectiva das independências dos PALOP e descolonização portuguesa, a conferência reunirá em Maputo figuras históricas destes países e estudiosos vinculados a instituições académicas internacionais, cuja história de vida e trabalhos científicos dedicados a estes processos históricos constituem testemunhos e patrimónios historiográficos sobre as Independências Nacionais. A conferência terá lugar na cidade de Maputo, nos dias 19 e 20 de Junho de 2025.

2. Objectivos da Conferência

Os objectivos da conferência são os seguintes:

2.1. Objectivos gerais

- Comemorar a passagem dos 50 anos de independência dos PALOP, refletindo sobre as conquistas históricas e também sobre os desafios comuns enfrentados ao longo deste meio século;
- Documentar a contribuição específica da luta de libertação de Moçambique para as Independências Nacionais dos territórios colonizados por Portugal.

2.2. Objectivos específicos

- Promover uma discussão multidisciplinar, envolvendo as áreas das ciências, das humanidades e artes, visando a partilha de memórias históricas e abordagens inovadoras sobre as dimensões da Independência Nacional;
- Analisar a complexidade dos processos de Independência Nacional nos PALOP, considerando as especificidades históricas e geográficas dos respectivos organismos e lutas independentistas;
- Identificar paradigmas intelectuais nos PALOP, resultante de guerras prolongadas de Independência Nacional;
- Abordar os actuais contextos nacional e internacional em que os PALOP estão sujeitos, olhando com atenção para os desafios

estruturais internos e globais que põem em causa o desenvolvimento do Estado Nacional.

3. Eixos temáticos

As comunicações a serem feitas na conferência deverão abarcar de forma interdisciplinar as temáticas indicadas abaixo:

3.1. Origens das ideias nacionalistas nos territórios colonizados por Portugal em África

Este eixo visa a que se explore os escritos dos intelectuais das colónias, que tendo se servido dos meios modernos da vida urbana como a imprensa e o direito a agremiações, destes se apropriaram respondendo à circulação de ideias do mundo e constituindo associações. A referenciação à história desses intelectuais e à sua cultura cívico-literária, a despeito da sociedade racializada que tiveram de enfrentar em suas premonitórias imaginações de liberdade, cumpre o intento do de-silenciamento genealógico de sujeitos e, sobretudo, de melhor consubstanciação de sua conexão histórica com os intelectos e ideais africanistas que vieram a ser posteriores ou sucessores a partir de meados do século XX.

3.2. Movimentos sociais proto-nacionalistas: resistências, protestos e ideologias nos territórios colonizados por Portugal em África

Esta temática busca a que se compreenda as conexões sociais que mostrem como que movimentos que aparentemente ou historiograficamente poderiam ser vistos como antípodas continham em seu interior consciências produzidas de relações similares, o colonialismo, sua execração do homem pelo trabalho e racismo. A memória da negação e do sofrimento presente nas sociedades colonizadas se metamorfosearam em protestos e ideologias, sejam elas sob narrativas de fé sincréticas, sejam as que já anunciavam, por

contágio com o mundo laboral urbano, a consciência de classe, étnica ou feminista, e finalmente nacionalista.

3.3. Movimentos nacionalistas e guerras de independência nos territórios colonizados por Portugal em África

Neste eixo, os movimentos intelectuais independentistas, dos quais os timoneiros decisivos dirigiram as lutas de libertação nos respectivos territórios de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, poderiam ser de forma holística interpretados como a revelação filosófica em circunstâncias mundiais ideais do processo formativo e acoplamento de lutas políticas emancipatórias. A dimensão desse acoplamento filosófico, ideológico, político e militar tem, decerto, vínculos imperiais, dado que foram sujeitos colonizados por regimes legais, políticos, económicos e linguísticos similares no império colonial português. A experiência orgânica que a CONCP foi, revelou esse vínculo de histórias, não obstante geograficamente distanciadas, suas lutas independentistas são fecundamente comuns.

3.4. Processo descolonial nos PALOP: paradigmas libertários e reconciliatórios

Neste eixo temático, cabe-nos chamar a memória e os documentos para a patrimonialização do processo maior e único da descolonização da África; a descolonização sangrenta maior, provavelmente, em número de perdas humanas, entre civis e militares, considerando que Portugal alimentou no continente africano cinco lutas armadas em cinco territórios onde se defendeu durante uma década até à sua derrota final, capitulação militar, em Lisboa, a capital do império, a 25 de Abril de 1974. As memórias e os documentos que se abrem do silêncio e à libertação literária e científica, passados estes 50 anos das Independências de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, são chamados ao conhecimento e para a reconciliação historiográfica, a bem do futuro dos Povos. Acima de

tudo, as Independências Nacionais devem ser consagrada pela sua história seminal, a dialética do império e imaginação política nacional, da Libertação e Liberdade, da guerra prolongada e reconciliação.

4. Resultados esperados

Com a realização desta Conferência Internacional, que contará com a participação relevante de intelectuais provenientes de instituições académicas e privadas dos PALOP e outros dedicados na construção do conhecimento histórico e científico do processo das Independências Nacionais desses países, esperamos produzir os seguintes resultados:

- Realizar uma Conferência Internacional dos 50 Anos das Independências Nacionais dos PALOP na cidade de Maputo, nos dias 19 e 20 de Junho de 2025;
- Documentar todas intervenções em formato audiovisual para servir de acervo;
- Publicar um livro comemorativo das comunicações apresentadas na Conferência.

5. Instituições parceiras

A realização do evento conta com a parceria de instituições académicas e de investigação, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Das instituições parceiras dos PALOP, estão convidadas personalidades que representam duas esferas: i. mérito intelectual-científico, referenciado pelas produções historiografias sobre a temática da descolonização dos PALOP, ii. memória testemunhal, referenciada pela experiência pessoal e história de vida nos processos da luta de libertação nacional e descolonização do respectivo país.

Nossa candidatura recebe o apoio das seguintes instituições académicas e de investigação:

- Faculdade de Humanidades - Universidade Agostinho Neto (UAN),
Angola

- Instituto de Pesquisa da Luta de Libertação Nacional de Moçambique (IPHLLN) – Ministério dos Combatentes de Moçambique
- Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

Organização



Apoio



Parceiros

